

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2023



Sinproquim

O crescimento econômico depende de uma base forte

Apesar de figurar entre as maiores indústrias químicas do mundo, a situação do setor químico brasileiro é altamente preocupante. O uso da capacidade instalada do setor tem decrescido continuamente e chegou em 2023 a um nível de ociosidade extremamente grave, em torno de 30% e até mais em alguns casos, o que torna praticamente inviável dar continuidade à produção. Muitas unidades e até mesmo empresas foram paralisadas ou fechadas, com perda de profissionais qualificados, tecnologia e receita. Um levantamento da Abiquim mostra que cerca de 2 mil produtos químicos deixaram de ser fabricados no País nos últimos anos, como consequência de uma importação predatória, principalmente de produtores da Ásia, que visa a conquista do mercado e a eliminação da concorrência. Amanhã, o que pode ser considerada uma vantagem momentânea de custos pode se tornar uma armadilha para os fabricantes locais de produtos acabados.

O Sinproquim, em conjunto com outras entidades de classe, federações da indústria e sindicatos de trabalhadores, tem alertado o governo e parlamentares sobre essa grave situação e trabalhado para evitar o agravamento de um cenário cada vez mais difícil. O Brasil não pode perder um importante patrimônio industrial construído ao longo de anos e que colocou o País entre os maiores fabricantes de produtos químicos do mundo. A indústria química, que se caracteriza por projetos de altos investimentos e longa maturação, é crucial em um momento em que a transição energética e a redução das emissões de carbono são prioridades em todo o mundo. É ela, por sua capacidade de inovação e conhecimento técnico, que dará impulso à substituição de materiais, à produção de hidrogênio verde e aproveitamento de matérias-primas renováveis para a geração de novos produtos. No entanto, sem capacidade de geração de caixa e de investimentos, não há como avançar nessa trilha e aproveitar as oportunidades comparativas que o Brasil oferece.

A aprovação da reforma tributária, no final de 2023, e o lançamento do Plano Nova Indústria Brasil pelo governo federal, no início de 2024, são sinalizações positivas e trazem a esperança de tempos melhores para a economia brasileira. É importante, porém, que o foco esteja nas cadeias de produção. Uma base forte é essencial para o crescimento e sustentabilidade da economia. E a indústria química brasileira, como fornecedora de produtos essenciais a todos os setores produtivos, da agricultura a setores de ponta, precisa ser fortalecida para evitar os riscos de desabastecimento decorrentes de mudanças geopolíticas, como os evidenciados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito na Faixa de Gaza.

Este relatório resume as principais atividades realizadas pelo Sinproquim em defesa da indústria química brasileira ao longo de 2023. Essas ações somente foram possíveis pelo apoio das empresas associadas, bem como pelo trabalho realizado pela diretoria e equipe de profissionais e colaboradores do Sinproquim, aos quais manifesto profundo agradecimento.

Nelson Pereira dos Reis
Presidente





Trabalho em prol da sustentabilidade

O estímulo à adoção de medidas que elevem o patamar de sustentabilidade das empresas do setor químico marcou as atividades realizadas pelo Sinproquim em 2023. Com base no programa “A Química da Sustentabilidade – Visão de Presente e Futuro”, criado em 2014, o Sinproquim promoveu workshops e webinars, publicou artigos, inclusive na imprensa especializada, como a Química e Derivados, e divulgou análises sobre o tema.

O patrocínio e apoio de várias entidades para a realização do workshop “Prevenção de Resíduos e Extensão da Validade de Produtos Químicos Industriais: Impactos e Soluções Sustentáveis”, realizado no dia 4 de outubro, bem como a expressiva participação de 115 pessoas no evento, é um claro demonstrativo do interesse das empresas em avançar no campo da sustentabilidade.

O workshop recebeu o patrocínio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Essenciais, Produtos Químicos Aromáticos, Fragrâncias, Aromas e Afins (Abifra), Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional

(Abipla), Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati), Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos (Associquim Sincoquim) e Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo (Sitivesp). Participaram como apoiadores institucionais o Conselho Federal de Química (CFQ), o Conselho Regional de Química da 4ª Região (CRQ-SP), o Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Siquirj), o Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D'Ávila (Sinpeq) e o Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul (Sindiquim).

O objetivo principal do Sinproquim ao realizar o evento foi o de promover a conscientização sobre os impactos ambientais decorrentes do desperdício e da gestão inadequada de produtos químicos de uso industrial, apresentar estratégias e soluções para a prevenção de resíduos e a extensão da validade desses produtos, analisar as regulamentações e fomentar a troca de conhecimentos e experiências sobre o tema. A adoção de padrões sustentáveis de

produção e consumo de bens e serviços, pela possibilidade de extensão da validade de produtos químicos destinados ao uso industrial, desde que ainda mantenham suas especificações para os usos pretendidos, reduz a necessidade de busca de novos recursos na natureza, gerando impactos positivos na economia, no meio ambiente e na saúde pública.

A alta qualidade das análises e debates realizados no workshop levou o Sinproquim a publicar em novembro de 2023 um detalhado relatório técnico reunindo as apresentações dos palestrantes, um histórico sobre o tema e as próximas etapas para garantir segurança jurídica aos procedimentos de revalidação e reteste de produtos químicos de uso industrial. Participaram do evento representantes da Cetesb, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Federal de Química (CFQ), do Conselho Regional de Química da IV Região (CRQ-SP) e do Instituto de Regulação e Sustentabilidade, além do advogado especialista em Direito Ambiental, Marco Antônio Gallão, e da professora e pesquisadora Luciana Oriqui, assessora para Assuntos de Sustentabilidade do

Sinproquim. O relatório está disponível para download no site do Sinproquim.

Decisão da Cetesb sobre prazo de validade de produtos químicos industriais

A assessora para Assuntos de Sustentabilidade do Sinproquim, Luciana Oriqui, começou a estudar o tema dos produtos químicos vencidos em 2008, no seu doutorado, chegando a publicar um livro sobre o assunto em 2014. Em 2020, por sugestão do Sinproquim, a Cetesb montou um Grupo de Trabalho sobre a Validade de Produtos Químicos, que resultou na Decisão de Diretoria nº 113, de 2022, respaldando o Guia orientativo para produtos químicos industriais com validade vencida. Embora não tenha força de lei e se dirija apenas aos seus quadros internos, a decisão da Cetesb firmou o entendimento pioneiro de que os produtos químicos de uso industrial vencidos podem ser utilizados em indústrias, desde que aprovados em testes específicos.



Diretrizes sustentáveis

Em janeiro de 2023, o Sinproquim lançou o Manual de Diretrizes Sustentáveis para Prevenção de Resíduos Químicos, que busca estimular a redução do envio de insumos químicos para destinação e sua utilização em operações B2B como insumos produtivos, com aprovação técnica adequada. Elaborado ao longo de vários meses por um grupo de trabalho multidisciplinar, o manual reúne técnicas, práticas e orientações para evitar ou reduzir ao máximo os impactos ambientais decorrentes do descarte de produtos químicos de uso industrial que poderiam ter seu ciclo de vida estendido por manterem suas propriedades intrínsecas mesmo após vencida a data de validade. As ações de revalidação e reteste possibilitam ganhos econômicos, sociais e ambientais, mantendo sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O lançamento do manual foi realizado em um webinar acompanhado por 115 participantes.

Ao abrir o evento, o presidente do Sinproquim, Nelson Pereira dos Reis, destacou a importância do manual para toda a cadeia produtiva do País, bem como para a sociedade. “Ao difundir técnicas e procedimentos para evitar ou reduzir ao máximo o descarte de resíduos químicos no meio ambiente, o manual avança no rumo do desenvolvimento sustentável, propiciando ganhos ambientais, econômicos e sociais”, afirmou. Nelson Reis observou que países da Europa, América do Norte e Ásia empregam há vários anos as técnicas de revalidação e reteste de produtos químicos de uso industrial. “Creio que é hora de o Brasil também adotar essas práticas”, ressaltou.

O GT responsável pela elaboração do manual foi integrado por Fábio Feldmann, consultor e ambientalista; Cleveland Prates Teixeira, economista e professor na FGV e na FIPE; Fabrício Soler, especialista em Direito Ambiental, Resíduos e Infraestrutura; Renato Endres, diretor-executivo do Sinproquim; e Gloria Benazzi, consultora em Logística e Assuntos Regulatórios da entidade. O trabalho foi coordenado pela doutora em Engenharia Química, Luciana Oriqui, assessora para Assuntos de Sustentabilidade do Sinproquim e

fundadora do Movimento Menos Resíduos e da empresa Circular Químicos.

O Manual de Diretrizes Sustentáveis para Prevenção de Resíduos Químicos, que tem sido tema de análise por órgãos ambientais e executivos da área de sustentabilidade, está disponível para download no site do Sinproquim.

Outra ação do Sinproquim nessa área foi a criação de um espaço no site da entidade para dirimir dúvidas sobre as técnicas de revalidação e reteste, bem como orientar as empresas sobre como proceder para se engajar nesse movimento que busca evitar ou reduzir ao máximo o descarte de produtos químicos de uso industrial no meio ambiente. As questões podem ser enviadas para o e-mail sinproquim@sinproquim.org.br.

Em artigo publicado em abril de 2023 pela revista Química e Derivados a assessora do Sinproquim, Luciana Oriqui, ressaltou que políticas e procedimentos preventivos de resíduos já vêm sendo amplamente praticados globalmente e que a harmonização e padronização de processos é essencial para a competitividade das indústrias químicas. Segundo ela, as empresas que adotam práticas sustentáveis e têm bom desempenho em relação aos critérios ESG tendem a ter uma vantagem competitiva no mercado e são mais propensas a atrair investidores e consumidores preocupados com essas questões.

Extensão da vida útil

Mais de 200 especialistas em agrotóxicos e produtos químicos debateram em workshop realizado em fevereiro de 2023, em Brasília, a aplicação de boas práticas para a ampliação do ciclo de vida desses produtos. No evento, foram analisadas a Decisão de Diretoria (DD) nº 113/2022/P da Cetesb, que aprovou o lançamento do Guia Técnico de Orientação para Extensão do Uso de Produtos Químicos com Prazo de Validade Vencido; as legislações referentes a agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Anvisa e do Ibama, bem como o Manual de Diretrizes Sustentáveis para Prevenção de Resíduos Químicos, lançado pelo Sinproquim, citado várias vezes pelos participantes do evento.



Óleos lubrificantes

A divulgação de informações sobre a importância do rerrefino de óleos lubrificantes usados ou contaminados ganhou um espaço específico na internet. A iniciativa, que atende a compromisso assumido com a Cetesb, possibilita a adesão de empresas que atuam no segmento de óleos lubrificantes ao sistema coletivo de logística reversa. Assinado no final de dezembro de 2022 por entidades que representam o setor, o Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado é considerado um avanço nessa área.

O termo de compromisso foi assinado pelo Sinproquim em conjunto com a Associação Brasileira de Produtores de Óleos Lubrificantes e Aditivos (Abrapol), Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes (Sindilub), Sindicato Nacional do Comércio Transportador, Revendedor e Retalhista de Combustíveis (Sindtrr), Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo (Sindirepa), Sindicato Nacional da Indústria do Rerrefino de Óleos Minerais (Sindirrefino) e Associação Ambiental para a Coleta, Gestão e Rerrefino do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (Ambioluc).

A logística reversa possibilita a destinação correta de óleos lubrificantes usados ou contaminados. Esses produtos, quando descartados indevidamente, têm potencial de causar sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana. Apenas um litro de óleo lubrificante usado ou contaminado jogado de forma inapropriada no meio ambiente contamina um milhão de litros de água. A Resolução nº 362 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deve ser recolhido, coletado e destinado à reciclagem por meio do sistema de rerrefino.

Para difundir essas práticas, foi lançado em setembro de 2023 o site www.oluc.org.br. Entre outras informações, o site relata sobre como deve ser descartado o óleo lubrificante usado ou contaminado, legislação aplicada ao segmento, responsabilidades ao longo da cadeia, processos e dados sobre o volume coletado desses produtos no Estado de São Paulo, benefícios do processo de rerrefino e riscos ambientais. Considerado um avanço, o Termo de Compromisso para a Logística Reversa de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado foi assinado com a Cetesb no final de dezembro de 2022.

Segurança nas operações

Manter os associados atualizados sobre as mudanças na legislação relacionada às operações da indústria química é uma atividade regular no Sinproquim. A segurança no transporte é um dos temas que recebem especial atenção da entidade pelo potencial impacto que um acidente com produtos químicos pode ter sobre a saúde e o meio ambiente. Em virtude da entrada em vigor no mês de junho da Resolução nº 5.998 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que alterou vários aspectos referentes ao transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, o Sinproquim promoveu, em 18 de maio de 2023, um webinar para detalhar as mudanças na legislação.

No evento, que contou com a participação de mais de 40 profissionais, a assessora de Logística e Assuntos Regulatórios do Sinproquim, Gloria Benazzi, explicou, de forma didática, as novas exigências legais, como a documentação necessária, amarração da carga, embalagens, rotulagem, sinalização dos veículos e disponibilização de

equipamentos de proteção individual (EPIs) e kits de emergência, indicando em quais itens das resoluções, anexos e normas técnicas podem ser encontradas as disposições para cada um dos aspectos envolvidos no transporte. Os participantes também foram alertados sobre as implicações por irregularidades no transporte para expedidores e transportadores, como multas e até mesmo a possibilidade de enquadramento da empresa na Lei de Crimes Ambientais.

O grande número de questões apresentadas pelos participantes no webinar evidenciou a preocupação das empresas em realizar procedimentos seguros no transporte, evitando acidentes e riscos de autuação pelos órgãos fiscalizadores, e a necessidade de dar maior amplitude às informações divulgadas. O Sinproquim decide então produzir um manual, lançado em julho de 2023 com o patrocínio da Ambipar, sobre as várias alterações na legislação referente ao transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos.



A publicação, que está disponível para download no site do Sinproquim, faz um resumo da Resolução nº 5.998 e de suas atualizações, das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes ao tema e das exigências que devem ser cumpridas pelos expedidores e transportadores. O manual indica onde localizar na legislação os dispositivos estabelecidos pela ANTT, ABNT e Inmetro, como a classificação do produto ou resíduos perigosos e exceções previstas em lei; documentação para o transporte, identificação e marcação das embalagens, sinalização do veículo, equipamentos de segurança e cuidados no transporte, como o check-list e verificação de incompatibilidade química. Há ainda capítulos específicos para o transporte terrestre de resíduos e de embalagens vazias e não limpas de produtos classificados como perigosos para o transporte,

além de um resumo com as isenções da aplicação do regulamento de transporte e procedimentos, em caso de acidente, para o condutor, transportador, expedidor, fabricante, terminais de carga, despachantes alfandegários e destinatário do produto perigoso.

Outra ação do Sinproquim relacionada à segurança nas operações da indústria química foi a promoção, nos dias 25 e 26 de outubro, de um treinamento online sobre as exigências legais referentes às atividades de armazenagem, rotulagem e transporte de produtos químicos e resíduos classificados como perigosos. O objetivo do treinamento foi o de atualizar os profissionais de empresas associadas sobre os procedimentos para atender à legislação, a importância da verificação e formas de identificar pontos a serem melhorados para evitar autuações. Cerca de 70 pessoas participaram do evento.

Repercussão na imprensa

As alterações no transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos introduzidas pela Resolução nº 5.998 também foram detalhadas em artigo publicado em maio pela revista Química e Derivados. Redigido pela assessora do Sinproquim, Gloria Benazzi, o artigo aborda os principais pontos de atenção para as empresas, como a documentação para o transporte, procedimentos em caso de emergência e proibições legais.



Ações na área trabalhista

Uma das principais atribuições do Sinproquim são as negociações com as federações e sindicatos que representam os trabalhadores do setor químico no Estado de São Paulo para a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho. A data-base da categoria dos químicos é 1º de novembro. Após duras negociações, os trabalhadores aceitaram a proposta formulada pelo Sinproquim, em conjunto com outros nove sindicatos patronais que formam a CEAG-10, de correção salarial pela variação integral do INPC entre 1º de novembro de 2022 e 31 de outubro de 2023, mais 1% de aumento real, totalizando 5,18%.

Também foram corrigidos, nas mesmas bases, o teto de aplicação do reajuste salarial, os salários normativos e os valores de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com antecipação da data de pagamento em um mês em 2024 e mais um mês em 2025. As cláusulas sociais e sindicais serão renovadas por dois anos, até 2025, mas está prevista uma negociação coletiva entre as

entidades sindicais dos trabalhadores e as patronais ao final de cada semestre, com a inclusão na Convenção Coletiva de Trabalho de cláusulas em que houver mútuo acordo. Em novembro de 2024, será estabelecido o valor do reajuste salarial a ser aplicado para o próximo período, que se estenderá até 31 de outubro de 2025.

As Convenções Coletivas de Trabalho estabelecem dois salários normativos, que também foram reajustados. Nas áreas representadas pela Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo (Fetquim/CUT) e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar/Força Sindical), os salários normativos serão de R\$ 2.079,79 para empresas com até 49 empregados e de R\$ 2.133,39 para empresas com 50 ou mais empregados. Na Baixada Santista, os salários normativos serão de R\$ 2.592,10 para funções técnicas e de R\$ 2.491,29 para as demais funções.



Modelo de negociação

Um importante evento, realizado pela CEAG-10 em março no Auditório do Sinproquim, reuniu representantes dos sindicatos patronais, presidentes de centrais e sindicatos de trabalhadores do setor químico para uma análise da perspectiva das relações sindicais e trabalhistas em 2023. No evento, que atraiu mais de 70 participantes, sindicalistas da área trabalhista elogiaram o modelo desenvolvido pela CEAG-10 para as negociações em torno da Convenção Coletiva de Trabalho.

No evento, o diretor jurídico do Sinproquim e membro da CEAG-10, Enio Sperling Jaques, fez uma análise do cenário legal e ressaltou a tramitação no Congresso Nacional da PEC nº 196, que propõe mudanças no artigo 8º da Constituição Federal para estabelecer a liberdade sindical, prevendo a livre associação por setor econômico e ramo de atividade, com registro em cartório e não mais no Ministério do Trabalho, bem como respeito à estrutura confederativa (sindicatos, federações, confederações e centrais). Também está prevista a volta da base territorial mínima (município) e obrigatoriedade de participação das entidades sindicais nas negociações coletivas. Para o diretor jurídico do Sinproquim, a medida poderia extinguir os sindicatos 'caroneiros', que esperam a

negociação de grandes categorias, como a dos químicos, e assinam a convenção para cobrar as contribuições. Outros pontos em discussão são a estabilidade dos dirigentes sindicais e a regulação do Conselho Nacional de Organização Sindical.

Constituída em 1979, a CEAG-10 reúne dez sindicatos patronais relacionados ao setor químico como o objetivo principal de assessorar essas entidades nas relações e negociações trabalhistas. Além do Sinproquim, a CEAG-10 é composta pelo Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado de São Paulo (Sindiplast), Sindicato da Indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador no Estado de São Paulo (Sipatesp), Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo (Sitivesp), Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas (Siresp), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas (Siacesp), Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) e Sindicato da Indústria de Abrasivos do Estado de São Paulo (Sinaesp).



Novas regras do eSocial

Em fevereiro de 2023, o Sinproquim promoveu um webinar com o professor de Direito do Trabalho no Insuper-SP, Cleber Venditti da Silva, sobre o lançamento de processos trabalhistas transitados em julgado no eSocial (S-2501). Todos os empregadores devem lançar no eSocial informações da base de cálculo utilizada para o cálculo do imposto sobre a renda e da contribuição social previdenciária em decisões condenatórias e homologadas pela Justiça do Trabalho. São 140 campos a serem preenchidos no sistema. O evento atraiu mais de 100 participantes.

O incentivo à diversidade e inclusão

As questões sobre a interseccionalidade entre gênero e raça para uma efetiva inclusão de pessoas negras nas políticas e nas práticas de diversidade e inclusão no âmbito das empresas foi o tema de webinar promovido em setembro pela Comissão de Diversidade e Inclusão do Sinproquim. Em sua apresentação, Verônica Hoe, gerente em uma multinacional de tecnologia com presença em praticamente todo o mundo, ressaltou que a criação de um ambiente corporativo mais inclusivo e diverso possibilita avanços em inovação e aumento nos negócios, gerando mais lucratividade. O passo inicial nessa jornada, segundo ela, é a revisão dos critérios de seleção e de promoção de colaboradores. “É essencial ter um critério diferenciado para a questão racial. Exigências como o domínio de outro idioma e curso em faculdades renomadas devem ser flexibilizadas

para dar oportunidade a quem, por questões econômicas, concluiu seu aprendizado em escolas públicas e não pôde, por exemplo, estudar outro idioma”.

Cofundadora e atuante no conselho do Coletivo Pretas e Pretos e da Associação Mulheres em RelGov (Relações Governamentais), Veronica Hoe defendeu a adoção de uma política clara para episódios de racismo ou de assédio na organização, com o estabelecimento de penalidades, como forma de avançar na criação de um ambiente mais inclusivo e diverso. O evento atraiu mais de 50 participantes. candidatos com experiência teórica e prática.





O cenário econômico e a indústria química

A análise sobre a situação e perspectivas para o País, bem como da indústria química brasileira, são temas de constante atenção do Sinproquim, sempre com o objetivo de informar as empresas do setor sobre as tendências econômicas e desdobramentos de decisões governamentais. Um importante evento nesse sentido foi realizado, em abril de 2023, com o economista e consultor José Roberto Mendonça de Barros, que fez uma profunda análise dos rumos da economia e das oportunidades que se abriam para a indústria química. O evento, realizado de forma híbrida, marcou a retomada do Café com Opinião, evento suspenso pelo Sinproquim durante a pandemia de Covid-19. Mais de 60 profissionais acompanharam presencialmente, no auditório da entidade, a apresentação de Mendonça de Barros. Outras 40 pessoas assistiram a palestra pela internet.

Em sua apresentação, o economista afirmou que a produção brasileira de gás natural deverá crescer muito nos próximos dois anos, o que abrirá uma janela de oportunidades que não pode ser perdida pela indústria. Ele também ressaltou que a forte elevação da produção de energia elétrica no

Nordeste a partir de fontes renováveis cria condições para utilização das hidroelétricas da região como uma grande bateria de reserva.

Na visão de Mendonça de Barros, a indústria química tem três grandes oportunidades pela frente: ampliar a fabricação de produtos renováveis, como bioprodutos, compósitos e hidrogênio verde; avançar na descarbonização e substituir matérias-primas e fonte energética a favor do gás, abrindo a possibilidade de o setor químico se tornar um grande fornecedor mundial, com preços competitivos.



A reforma tributária

Para avaliar os impactos da reforma tributária sobre a indústria química, o Sinproquim promoveu em dezembro de 2023 um webinar com o professor titular de Direito Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP e assessor de parlamentares, Heleno Taveira Torres. Com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição ao ICMS e ISS, todos os bens e serviços necessários à atividade da empresa vão gerar crédito, inclusive as importações ou, por exemplo, a aquisição de um programa de computador. Outros pontos positivos são a desoneração das exportações, o que dará mais competitividade aos bens produzidos no Brasil, e o fim da guerra fiscal decorrente do modelo atual.

Em 2026 terá início um período de teste do IBS com uma alíquota única de 1%, abatido do ICMS e do ISS. Em 2027, PIS, Cofins e IPI serão extintos e

entrará em vigor a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A transição para o IBS ocorrerá entre 2029 e 2032. Taveira Torres alertou que em 2027 todos os benefícios atrelados ao PIS e à Cofins serão extintos, como o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), e que há necessidade de aguardar as leis complementares que regularão vários pontos da reforma. Ele também ressaltou que a reforma tributária prevê um tratamento diferenciado, com a redução de alíquota, para iniciativas sustentáveis, como logística reversa e redução nas emissões de carbono. O imposto seletivo, que entrará em vigor em 2027, é o reverso dessa moeda, onerando com uma alíquota maior bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O webinar, organizado pelo Departamento Jurídico do Sinproquim, foi acompanhado por cerca de 60 participantes.



Apoio do Sinproquim

O Sinproquim foi signatário de um manifesto elaborado pela Fiesp, antes da aprovação pelo Congresso Nacional, defendendo a aprovação de uma reforma tributária abrangente e moderna. O manifesto, assinado por outras 137 entidades, destaca que as mudanças nos impostos sobre o consumo têm potencial, numa primeira etapa, de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) do País entre 12% e 20% em até 15 anos.

O Sinproquim também apoiou, em conjunto com a Abiquim, federações de indústrias e de empregados no setor, bem como de outras entidades, as ações em defesa da reinstauração do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), o que ocorreu em agosto de 2023. Criado em 2013, o REIQ prevê isenção de PIS e Cofins na compra dos principais produtos usados na indústria petroquímica de primeira e segunda geração, reduzindo a diferença de custos entre as empresas brasileiras e concorrentes internacionais. Estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021 destaca que o REIQ traz benefícios não apenas à indústria química, mas à economia brasileira como um todo, com aumento de arrecadação e produtividade, além de manutenção de empregos.

Conselho das Entidades Sindicais

Vários foram os temas analisados durante o ano pelo Conselho das Entidades Sindicais da Indústria Química (Cesiq). Constituído pelos presidentes do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D'Ávila (Sinpeq), Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Siquirj), Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul (Sindiquim) e Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica do Estado de São Paulo (Sinproquim), o Cesiq representa cerca de 70% da indústria química brasileira.

A importância da reforma tributária, a realização de um estudo sobre as vulnerabilidades e oportunidades das diversas cadeias de produção para o processo de reindustrialização do País, a criação de uma secretaria especial para a indústria química no organograma do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a concessão de incentivos pelos Estados Unidos e Europa, via crédito fiscal, para o processo de descarbonização da indústria, tornando os produtores americanos e europeus mais competitivos, bem como a situação da oferta de gás natural e dos preços praticados no País foram alguns dos temas analisados nas reuniões mensais do Conselho.

Na avaliação do Cesiq, o gás natural, por sua importância para a economia, deveria figurar com

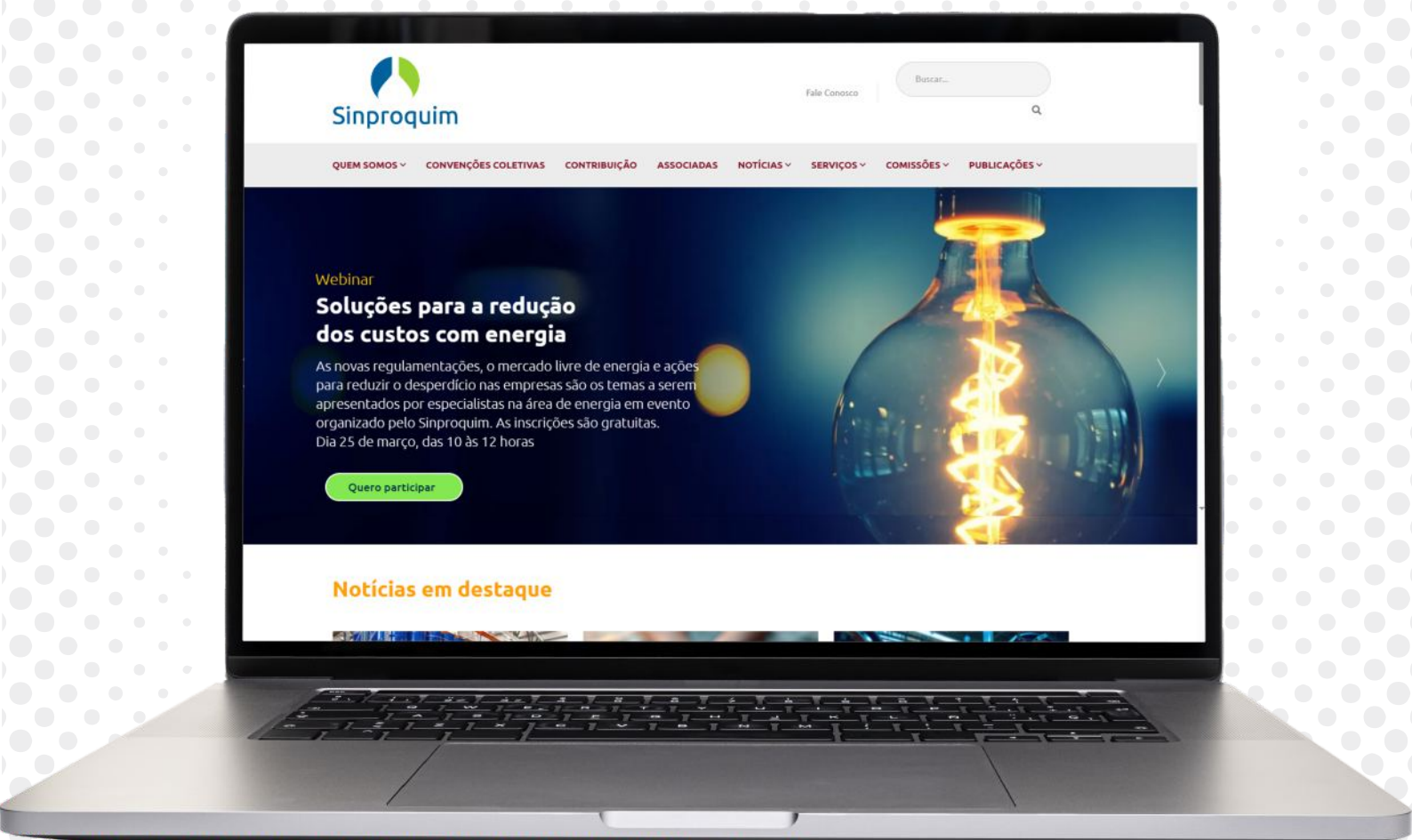
destaque em uma política estratégica de Estado para a reindustrialização, com o maior volume sendo direcionado ao setor industrial, e não para a geração de energia elétrica ou reinjeção em poços de petróleo. O gás natural é essencial, por exemplo, para a produção de metanol, matéria-prima utilizada na produção de fertilizantes e biodiesel, entre outros produtos, como adesivos, solventes e revestimentos.

O atual ritmo de atividade da indústria química, que hoje gira em torno de 60% da capacidade instalada, é outro motivo de preocupação do Cesiq por colocar em risco a sobrevivência de empresas do setor, o que pode ocasionar dificuldades para as mais diversas cadeias produtivas e impactar negativamente o nível de emprego. Estudo realizado pela Abiquim revela que cerca de 2 mil linhas de produtos químicos foram descontinuadas nos últimos anos. Além do preço do gás natural, a crescente importação, tanto de produtos químicos como de produtos acabados, são os principais obstáculos enfrentados pela indústria química. Em 2023, o Brasil registrou um déficit de US\$ 46,6 bilhões na balança comercial de produtos químicos, com as importações somando US\$ 61,2 bilhões e as exportações se resumindo a US\$ 14,6 bilhões. O forte crescimento das importações dificulta não apenas a sobrevivência das empresas como também a geração de empregos qualificados no País.



A hora da retomada

O presidente do Sinproquim, Nelson Pereira dos Reis, em entrevista concedida à revista Química e Derivados, destacou que o processo de desindustrialização do País já foi longe demais e que está na hora de uma retomada com base em aspectos estratégicos, com a estruturação das cadeias produtivas, sem perder de vista a competitividade. Para ele, há oportunidades para a indústria química no Brasil na área de fertilizantes e pelo aproveitamento da biodiversidade e matérias-primas locais, como o gás natural e o etanol.



A importância estratégica da comunicação

Analisar temas que têm impacto nas operações da indústria química e levar informações às empresas associadas estão entre as principais atividades do Sinproquim. As assessorias de Assuntos Trabalhistas e de Recursos Humanos, Economia e Conjuntura, Assuntos Tributários, Logística e Assuntos Regulatórios e de Comércio Exterior informam regularmente as associadas sobre alterações na legislação e eventos a serem realizados, por meio de circulares e do site do Sinproquim na internet. A entidade também

distribui semanalmente, para cerca de 2 mil pessoas, o informativo Lin-Q, com um resumo das principais notícias.

As comissões Jurídica e de Recursos Humanos, de Compliance e a de Diversidade e Inclusão, integradas por representantes das empresas associadas, debatem temas de interesse do setor, realizam análises e debates, promovem eventos e estimulam a troca de experiências no setor.

Diretoria – Quadriênio 2020/2024

Presidente: Nelson Pereira dos Reis (Nutriplant)

Vice-presidente: Sérgio Mastrorosa (Clariquímica)

Diretor administrativo/Financeiro: Nivio Machado Rigos (Petrom)

Diretoria

- Eliane Siviero de Freitas (Lanxess)
- Marcelo Arantes de Carvalho (Braskem)
- Marcelo Rodrigues Perracini (Rhodia Poliamida)

Conselho fiscal

Efetivos:

- Renata Oliveira Brostel (BBC)
- Gustavo B. Grecco (Arkema)
- Sebastião Carlos Gonçalves de Lima (Incol Lub)

Suplentes:

- Paulo Eduardo Rocco (Rhodia Poliamida)

Delegados representantes junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

- Nelson Pereira dos Reis
- Sérgio Mastrorosa

Diretor-Executivo

Renato Endres

Diretor Jurídico

Enio Sperling Jaques

Consultores

Elisa Jaques - Assuntos jurídicos tributários

Luciana Oriqui - Assuntos de Sustentabilidade

Wolfgang Lieb - Comércio Exterior

Glória Benazzi - Logística e assuntos regulatórios

Luiz Carlos de Medeiros - Comunicação

Empresas associadas

março de 2024

Adere Produtos Autoadesivos
Agfa-Gevaert do Brasil
Air Liquide Brasil
Air Products Brasil
Akdeniz Chemson Aditivos
Arkema Coatex Brasil
Arxada do Brasil Especialidades Químicas
Bann Química
BASF
BBC
Bevfoods
Birla Carbon Brasil
Blue Cube Brasil
Braskem
Cabot Brasil
Cariflex
Chemlub
Chevron Oronite Brasil
Clariant Brasil
Clariquímica
CMOC Brasil
Coim Brasil
Companhia Brasileira de Estireno
Companhia Nitro Química Brasileira
Copasil
Degani-Vaduz
Diatom
DNC
Dow Brasil
Ecolab
Elekeiroz
Elkem Silicones Brasil
Fluorcolors Pigmentos
Foseco
Fuchs Lubrificantes do Brasil
Gama Gases Especiais
GCP Brasil
Henkel
Heubach Colorants Brasil
Homy Química
ICL Aditivos e Ingredientes
Inbra
Incol-lub
Indorama Ventures Fibras Brasil
Indústria Agroquímica Braido
Innovative Water Care
Interlub Brasil
Kalipea
Kation Raiden do Brasil
Kluthe Química do Brasil
Kraton Polymers do Brasil
Kurita do Brasil
Lanxess
Lubnec
Lubraquim
Megh
Messer Gases
Metal-Check do Brasil
Miracema-Nuodex
Norquima
Nouryon Pulp and Performance
Nutriplant
Organic Brasil
Oxiteno
Parafix
Petrocoque
Petrom
Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil
Ras
Reichhold do Brasil
Rhodia Brasil
Rinen
Rohm And Haas
Sika
Solenis
Spice
Ssoil Energy
Stratura Asfaltos
Stepan
Suzaquim
Taminco do Brasil
Tapmatic do Brasil
Three Bond do Brasil
Tirreno
Tork
Trebol Brasil
Trichem Chemical's
Ultralub
Una Prosil
Unipar Carbocloro
Vibrants Materiais e Cores
W.R. Grace Brasil
Wacker Química do Brasil
White Martins
Yara Brasil



Rua Rodrigo Cláudio, 185 • Bairro Aclimação
CEP 01532-020 • São Paulo • SP • Brasil
Tel.: 11 3469-0455 • www.sinproquim.org.br